

A atualidade e o aspecto revolucionário de Raízes do Brasil

Arthur Guilherme Monzelli

Mestrando em educação pela Universidade Federal de São Carlos. Graduado em Ciências Sociais. Suas áreas de ensino e pesquisa são: trabalho, educação, sociologia, materiais didáticos.

E-mail: arthurmonzelli.agm@gmail.com.



Resumo

Este artigo analisa a importância histórica e metodológica da obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda com base nas críticas realizadas por Antonio Candido e Maria Odila Leite da Silva Dias. Em síntese, este trabalho investiga aquilo que pode ser considerado um aspecto revolucionário na metodologia de Sérgio Buarque de Holanda, mas também trabalha

com algumas descobertas feitas pelo historiador que ainda hoje são atuais, tais como a questão do desterramento e a tendência de reprodução acrítica de ideias produzidas em contextos históricos exógenos ao brasileiro, sem a necessária preocupação de ressignificá-las de acordo com os problemas próprios da realidade brasileira.

Palavras-chave: metodologia; história; desterramento; bovarismo

Introdução

Este artigo resulta da investigação de uma obra historiográfica clássica, cujo conteúdo apresenta uma profunda reflexão sociológica acerca da realidade brasileira, ou seja, aventura-se intelectualmente na complexa empreitada de analisar a obra *Raízes do Brasil*, escrita por um dos grandes historiadores brasileiros, Sérgio Buarque de Holanda. Neste trabalho há um distanciamento das reflexões reducionistas que consideram o historiador paulistano como uma espécie de “cachorro morto”. Em contrapartida, compartilha-se aqui das visões de Antônio Candido de Mello e Souza (1918 – 2017) e Maria Odila Leite da Silva Dias (1940–) para os quais as conclusões de Sérgio Buarque de Holanda representam, ainda hoje, uma forma eficaz e atual de se compreender o Brasil.

Nesse sentido, procura-se esmiuçar algumas das especificidades de *Raízes do Brasil* as quais ajudam no entendimento da formação da sociedade brasileira. Além disso, é nessa obra que a investigação da realidade sócio-histórica do Brasil está intimamente conectada com a análise de seus processos de transformação social. Em síntese, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, é somente através do estudo dos momentos históricos de transição social que é possível compreender os pilares que fundamentam a sociedade investigada.

Por fim, pretende-se destacar também a grande relevância de Sérgio Buarque de Holanda para a sociologia brasileira, expondo o quanto algumas de suas principais descobertas foram essenciais para a elaboração da tese das “ideias fora do lugar” de Roberto Schwarz, considerada atualmente uma das interpretações mais precisas sobre a formação da sociedade brasileira.

O Caráter Revolucionário da Metodologia de Sérgio Buarque de Holanda

Antes de expor as conclusões de Sérgio Buarque de Holanda sobre a sociedade brasileira, é preciso analisar o caráter revolucionário de *Raízes*

do Brasil, cuja metodologia influenciou a formação intelectual de alguns autores que, posteriormente, se tornariam os principais baluartes da assim chamada Escola de São Paulo, a saber: Florestan Fernandes (1920 – 1995), Antonio Candido, Roberto Schwarz, entre outros. Nesse sentido, Candido (1995) descreve Sérgio Buarque de Holanda como um exímio pensador, cujo pensamento orbitava entre a perspectiva histórica francesa e a sociologia alemã das culturas. Evidencia igualmente o seu estilo ensaístico e digressivo que pode ser comparado a um dos grandes pensadores responsáveis pela produção dos principais pilares da sociologia alemã, a saber: Georg Simmel (1858 – 1918). Além disso, segundo Dias (1998), o repertório intelectual de Sérgio Buarque de Holanda também abarcava as obras clássicas de Karl Marx (1818 – 1883), Max Weber (1864 – 1920) e György Lukács (1885 – 1971), bem como os ensaios produzidos por dois grandes autores do *Institut für Sozialforschung* [Instituto de pesquisas sociais], localizado na cidade de Frankfurt, na Alemanha; Theodor Adorno (1903 – 1969) e Walter Benjamin (1892 – 1940).

Além disso, não é válido deixar de pontuar que as matrizes básicas para a reflexão acerca das principais características da sociedade brasileira, durante a época da juventude do historiador paulistano, foram – e ainda hoje o são, diga-se de passagem –, fundamentalmente, três: Gilberto Freyre, a partir de *Casa-grande & senzala* (1933); Sérgio Buarque de Holanda, por meio de *Raízes do Brasil* (1936) e Caio Prado Jr. através de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) (CANDIDO, 1995). Cada uma dessas obras contribui de forma específica para a interpretação da sociedade brasileira, no entanto, seus autores desenvolveram perspectivas analíticas apreciadas majoritariamente pelos grupos sociais localizados à esquerda na conjuntura política brasileira daquela época e, ao mesmo tempo, acabaram repudiadas pela direita que preferiria a leitura de autores adeptos das vertentes sociológicas positivistas e conservadoras, tais como: Oliveira Viana (1883 – 1951) e Alberto Torres (1865 – 1917), cujo foco de seus estudos era a apologia das hierarquias sociopolíticas vigentes e no apreço pelo

autoritarismo – analisado de maneira *instrumental*². Os autores apreciados pela direita, segundo Candido (1995), incitaram nos jovens da época uma espécie de desgosto pelo ideário liberalista europeu, direcionando-os, intencionalmente ou não, para o apreço por soluções autoritárias, tais como as defendidas pelo movimento integralista brasileiro. Contudo, o crítico literário fluminense igualmente ressalta o fato de o crescimento dos adeptos ao pensamento conservador possuir um aspecto proveitoso, pois promoveu uma preocupação com os problemas eminentemente brasileiros, afastando-se um pouco daquele bacharelismo ilustrado do século XIX, aliás, muito criticado por Sérgio Buarque de Holanda no sexto capítulo de *Raízes do Brasil*, uma vez que tal bacharelismo não conseguiu produzir nada além de um mero deleite erudito das correntes teóricas estrangeiras. Logo, não poderia agregar nada de verdadeiramente útil, inovador e significativo à reflexão dos problemas próprios de realidade brasileira.

Levando em consideração a importância de *Raízes do Brasil* na formação intelectual de Antonio Candido, pode-se também completar a discussão até aqui elaborada enriquecendo-a por meio das análises de Maria Odila Leite da Silva Dias, historiadora paulistana que esmiuçou as peculiaridades presentes nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda, a fim de demonstrar como elas corroboram a sua expressão revolucionária na história do Brasil. Sendo assim, antes de mais nada, é preciso ter em mente que o historiador paulistano, segundo Dias (1998), nunca se expressou como um militante político – embora tenha sido um dos principais fundadores do Partido dos Trabalhadores em 1980 –, mas atuava como uma espécie de militante intelectual. Por isso se destacou não só como um pensador crucial para a compreensão da sociedade brasileira, como também foi um divisor de águas entre o positivismo e o conservadorismo

² O autoritarismo instrumental foi uma corrente de pensamento expresso principalmente na política brasileira da Era Vargas, mas que também se propagou para além daquela época, permeando todos os círculos de sociabilidade brasileira. Consiste, sucintamente, em pressupor o fato de o Brasil ser atrasado em comparação com as potências europeias e, por conta disso, se tornou incompatível com o liberalismo político e econômico que surgiu em solo europeu. Sendo assim, seus adeptos acreditam na necessidade de instituições e leis autoritárias que, a longo prazo, seriam capazes de modernizar a realidade brasileira, tornando o Brasil um país apto a desenvolver a democracia.

romanescos impregnados na intelectualidade da época, apresentando em contraponto a essas tendências uma perspectiva eminentemente crítica, perceptível logo no início de *Raízes do Brasil*, quando ele afirma estarem profundamente errados “aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra a desordem” (HOLANDA, 1995, p. 33). Em função disso, na óptica de Dias (1998), Sérgio Buarque de Holanda afastou-se da tradição vigente desde o período imperial de analisar as instituições políticas a partir da construção de uma identidade nacional – embora, paradoxalmente, tenha sido um dos pensadores mais importantes para um estudo conciso a respeito da problemática da identidade brasileira –, pois acreditava que essa vertente não apenas pertencia a perspectiva das classes agrárias hegemônicas, mas, acima de tudo, também abria margem para a vazão de um processo de naturalização, disciplinamento e consolidação da desigualdade social no Brasil, proveniente da tradicional sociedade escravista aqui instaurada desde a colonização.

Posto isso, é necessário sublinhar que Sérgio Buarque de Holanda revoluciona a historiografia brasileira ao conceber a práxis do historiador como uma espécie de estudo das transformações sociais, vencendo o pensamento demasiado abstrato da tradição bacharelesca do século XIX. Obscurecidos pela ideologia das classes dominantes, tais historiadores bacharelescos negligenciavam a importância dos microrrelatos históricos dos figurantes vencidos durante os diversos embates da história. Apartando-se dessa tendência, Sérgio Buarque de Holanda dedica-se enfaticamente na compreensão do processo de *devir histórico* que, segundo ele, é o verdadeiro papel do historiador e cujo entendimento só pode ser alcançado por uma análise que parta de problemas micro-históricos e, em seguida, elabore uma macro-história concisa, capaz de permear o movimento contraditório da realidade. Assim, todo historiador deve se dedicar ao estudo dos pormenores fragmentários da história, únicos capazes de iluminar os caminhos para a interpretação dos

processos de mudança social, ou seja: o *dever histórico*, representado pela relação dialética entre micro-histórica e macro-história.

Entretanto, o seguinte questionamento pode emergir: como é possível compreender as vozes silenciadas na história? A partir das observações de Dias (1998), constata-se o quanto é crucial ao historiador tecer uma conjuntura social por meio da análise associada das perspectivas dos vencedores e dos vencidos na história. Mas sempre se atentando para a necessidade de concentrar o seu foco nas vozes destes últimos, pois é indispensável extrair o conteúdo do efêmero, do oprimido histórico, para que assim, se torne possível conhecer os verdadeiros caminhos das necessidades históricas inerentes ao processo de mudança social. Portanto, “não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa de figurantes mudos [...] muito mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a História” (HOLANDA, 1985, p. 173 – 4). Com efeito, como pontua Dias (1998), esclarecer a narrativa histórica brasileira com o olhar dos vencidos é uma tarefa não só penosa como quase impossível, uma vez que os brasileiros vivenciaram, durante mais de três séculos, um processo monstruoso de escravidão. Nesse ponto, o caráter revolucionário de *Raízes do Brasil* torna-se mais explícito, pois representou a primeira empreitada brasileira dedicada em escrever uma história a partir de pontos de vista não-hegemônicos, ou melhor, contra-hegemônicos, estudando os relatos micro-históricos a fim de ilustrar as especificidades dos movimentos dialéticos de transformação social.

Por fim, é válido debruçar-se sobre aquilo que pode ser considerado a última característica revolucionária da obra de Sérgio Buarque de Holanda, a saber: a influência de uma espécie de weberianomarxismo na constituição de sua metodologia de pesquisa. Assim, diferente do que muitos intelectuais pensam, o historiador paulistano não escreveu *Raízes do Brasil*, baseando-se apenas na metodologia dos tipos ideais weberianos³, pois uma

³ Faz-se necessário ressaltar que o tipo ideal, na acepção weberiana, representa um “[...] quadro de pensamento, e não da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’ e não serve de esquema no qual se pode incluir a realidade a maneira *exemplar*.”

análise histórica baseada puramente em tipologias não só seria muito abstrata, como também corre um sério risco de reificar-se com o tempo, transformando toda a análise histórica em mais um instrumento ideológico das classes dominantes⁴. Nesse sentido, Candido (1995) ressalta o fato de *Raízes do Brasil* representar uma superação e, ao mesmo tempo, uma inovação das teorias de Marx e Weber, uma vez que analisa a formação da sociedade brasileira, pautando-se na metodologia investigativa dos tipos ideais, entretanto, não as examina a partir de uma infinidade de possibilidades, em vez disso, trabalhada os tipos ideais em pares antagônicos, tais como: o aventureiro e o trabalhador; o semeador e o ladrilhador; o homem cordial e o homem polido; a preponderância rural e o predomínio do urbano, entre outros, por meio dos quais consegue capturar o movimento histórico e os processos de mudança social. Portanto, através dessa estratégia, ele também atualiza o método dialético marxiano⁵.

A Importância da Ideia do Desterramento

Refletir sobre a sociedade brasileira é sempre uma tarefa demasiado complexa, principalmente porque é muito sedutor, mas também infértil, diga-se de passagem, interpretá-la, embasando-se apenas em ideais, teorias, leis ou pontos de vistas exógenos a ela, ou melhor, provenientes da

Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se *mede* a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é *comparada*" (WEBER, 2003, p. 109).

⁴ Um bom exemplo disso é apreensão que o senso comum faz da tese do "jeitinho brasileiro", extraída dos textos de Roberto da Matta. Além do mais, muito se fala do "jeitinho" das classes subalternas, mas pouco, aliás, quase nada se fala do "jeitão" das classes dominantes. Para mais informações a respeito consultar: OLIVEIRA DE, F. Jeitinho e jeitão. Revista Piauí, São Paulo: Outubro de 2012.

⁵ O método dialético marxiano é exposto em diversas obras de Marx, mas, grosso modo, tem dois princípios: 1º) é necessário começar a pesquisa pela observação exaustiva e detalhista da realidade concreta e 2º) parte-se dessa descrição para o desenvolvimento da análise teórica. Só depois de realizar esses dois procedimentos, se torna possível compreender o nexo essencial e o movimento da realidade estudada. Todavia, é possível encontrar um resumo do processo investigativo marxiano segundo prefácio da edição alemã d'*O capital* na qual o filósofo prussiano afirma que: "A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real" (MARX, 2013, p. 90).

Europa. Por isso, não é à toa que Holanda (1995) inicia *Raízes do Brasil* com o seguinte postulado: “[...] somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (p. 31). Aliás, essa tese representa uma das grandes contribuições de sua célebre obra. A empreitada investigativa de Sérgio Buarque de Holanda sobre os fundamentos da sociedade brasileira, permitiu a ele descobrir que o movimento e a forma pela qual se moldam as transformações sociais brasileiras, paradoxalmente, parecem não pertencer a um sistema propriamente brasileiro, ao contrário, aparentam fazer parte de uma lógica alheia que, segundo o historiador paulistano, origina-se nas “*fronteiras da Europa*”⁶, ou melhor, nos povos ibéricos. Nesse sentido, a compreensão do fenômeno do desterramento apresenta-se como uma reflexão essencial ao entendimento da sociedade brasileira, pois é preciso entender primeiro os modos de ser, pensar e agir fundadores da sociabilidade ibérica, antes mesmo de elaborar um olhar crítico sobre a história do Brasil.

Levando em conta essas observações preliminares a respeito do problema do desterramento brasileiro, pode-se examinar agora as principais características do sujeito social ibérico, questionando como elas influenciaram na formação das formas de pensar, agir e sentir propriamente brasileiras. Assim sendo, é possível citar uma primeira peculiaridade dos habitantes da península ibérica, isto é: a existência de uma supervalorização da autonomia do indivíduo em detrimento da necessidade de interação mútua com outros sujeitos sociais. Tal como observou o historiador paulistano, a cultura ibérica de individualismo extremado manifesta-se analogamente as influências do estoicismo na Europa que, levado às últimas consequências, pode estabelecer uma conduta demasiadamente problemática aos ordenamentos públicos, haja vista que: “onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (HOLANDA, 1995, p. 32).

⁶ A expressão “*fronteiras da Europa*” refere-se aos povos ibéricos, isto é, Portugal e Espanha, países que representam territórios ponte entre o continente europeu e as demais civilizações, principalmente as do assim chamado Novo Mundo. Por causa disso, Portugal e Espanha são encarados como regiões que garantiram a comunicação da Europa com o resto do mundo e, acima de tudo, foram responsáveis pelo pioneirismo nas explorações marítimas.

Além do mais, tal especificidade ibérica foi engendrada em razão do fato de sua burguesia nacional ter abandonado a atividade revolucionária, aderindo ao espírito nobiliário das elites aristocráticas o que, por sua vez, consagrou sua posição intermediária frente às transformações históricas que emblematicizaram a transição do regime feudal à ordem capitalista mercantil do século XVI e XVII. Dessa forma, os ibéricos mantiveram um amor exagerado ao indivíduo – fato esse que, de certa forma, os afastou do conservadorismo para com os valores feudais de honra, fidelidade e ocupação dos cargos políticos por meio da sucessão hereditária –, mas, ao mesmo tempo, não nutriram qualquer tipo de apreço pela rigidez das leis, aspecto básico para a edificação e manutenção dos princípios e dos direitos individuais. Além disso, Holanda (1995) ressalta o fato de as leis, entre os ibéricos, serem muito mais estruturadas no sentido de limitar as paixões humanas do que para garantir a livre associação política entre os indivíduos. Logo, outra característica importante entre os ibéricos é uma espécie de *ética do desleixo*, ou melhor, a fragilidade de suas organizações sociopolíticas.

Sendo assim, pode-se destacar, com base na obra do historiador paulistano, mais uma das características constituintes do ser social ibérico, a saber: o desenvolvimento de uma espécie de *ética católica* que fundava-se no dogma do livre arbítrio, porém condenava todas as demais religiões cristãs, tais como: o luteranismo e sua convicção na ascese intramundana⁷, bem como o calvinismo e a sua interpretação da ideia de predestinação⁸

⁷ Significa pensar na religiosidade como vinda do interior do ser humano, do mundo individual. Em poucas palavras, pode-se dizer que a ascese intramundana protestante, ou seja, a conduta/ética religiosa voltada para a ideia de que o deus cristão está dentro de cada fiel, favoreceu o surgimento de um pensar e agir individual, algo inovador na época de Lutero. Pois, o século XVI, os indivíduos majoritariamente se enxergavam sempre como um grupo, um coletivo e não como seres individuais dotados de direito e deveres, tal como atualmente está convencionado.

⁸ A teoria da predestinação cristã foi discutida por Santo Agostinho (354 – 430) e afirmava que a consciência onipotente do deus cristão permitia a ele souber exatamente quem será salvo e quem será condenado na vida após a morte. João Calvino recuperou a teoria da predestinação e inspirou, em seus discípulos, um comportamento ascético (conduta extremamente rígida) em relação ao trabalho. Em poucas palavras, como ninguém sabe se foi ou não contemplado pela dádiva divina da salvação, todos se esforçavam ao máximo para que os frutos de seu trabalho estejam de acordo com a vontade do deus cristão.

cristã. No entanto, vale ressaltar que essas doutrinas católicas sobre o livre arbítrio não são capazes de estabelecer uma associação racional e durável entre os sujeitos, tendendo muito mais ao estabelecimento de relações sociais mediadas por um poder autoritário, exterior e centralizador, características fundamentais para a constituição de ditaduras militares no Brasil⁹. Esta ética católica ibérica também tem a característica emblemática de repudiar o culto ao trabalho – elemento fundamental à ética protestante¹⁰ –, pois o compreende como uma atitude que fere os indivíduos, em vez de atuar para o seu enaltecimento nobilitante. Por isso, tal como Sérgio Buarque de Holanda pontua, torna-se “compreensível, assim, que jamais tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço a atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante a um português, ou a um espanhol, do que a luta pelo pão de cada dia” (HOLANDA, 1995, p. 38).

Tendo em conta as características constituintes do ser social ibérico, levantadas até o presente momento desta exposição, é possível, então, entender a sua influência na formação do ser social brasileiro, cuja essência é análoga ao problema do bovarismo, descrito por Gustave Flaubert em sua obra-prima, o romance *Madame de Bovary*, publicado em 1857. Na trama do romance, a Madame sofre com um terrível dilema: vive em um momento histórico dotado de um espírito social específico, todavia, procura, a todo custo, resgatar uma sociabilidade já obliterada pelas novas necessidades históricas, perpetuando uma existência obscura, reificada e

Assim, a riqueza – independentemente dos meios recorridos para obtê-la – era interpretada como um sinal de salvação.

⁹ Essa mazela ibérica assombra a história do Brasil de forma eminente, uma vez que a sociedade brasileira sofreu com duas ditaduras. A primeira durou de 1937 a 1945 e foi estabelecido por um golpe civil-militar aplicado por Getúlio Vargas. A segunda, aconteceu em 1964, quando os militares realizaram um golpe no país.

¹⁰ “[...] a ascese protestante [...] produziu [...] o estímulo psicológico, quando concebeu esse trabalho como vocação profissional, como o meio ótimo, muitas vezes como o *único* meio, de uma pessoa se certificar do estado de graça. [...] Tratar o trabalho como uma “vocação profissional” tornou-se tão característico para o trabalhador moderno [...] (calvinistas e batistas) [...] viam ‘trabalho e zelo industrial como um dever para com Deus’”. (WEBER, 2004, p. 162 – 3).

aquém das transformações sociais que realmente se desenrolam diante de seus olhos.

Brasil e o Problema do Bovarismo

Tendo em vista que as principais teses de Sérgio Buarque de Holanda sobre as raízes ibéricas do Brasil já foram sinteticamente analisadas, agora, contudo, é necessário debruçar-se também sobre outra fundamental reflexão a respeito da formação histórica brasileira que, como foi comentado, é análoga a trajetória trilhada pela personagem principal do romance *Madame de Bovary*. Em outras palavras, do ponto de vista de Holanda (1995), a dinâmica histórica do Brasil tende a desenvolver-se de acordo com expressões identitárias pertencentes a outras populações ou épocas. À luz do impressionante romance de Flaubert, pode-se destacar a personagem de Madame de Bovary como uma típica pequena burguesa vivendo em meio ao processo de ascensão da burguesia na Europa, almejando, ilusoriamente, o resgate de uma vivência magnânima das classes sociais nobres do já arruinado feudalismo. Sonhando com uma vida de aventuras, de amores intensos, permeada por amantes provenientes das famílias mais poderosas e tradicionais da Europa, a personagem acabava esquecendo-se de sua própria realidade e das suas próprias origens as quais, segundo ela, eram menos empolgantes do que a vivência nobiliária nas cortes europeias. A época na qual Madame de Bovary vivia estruturava-se demasiadamente no cálculo frio e mundano da racionalidade ascética burguesa, cuja expressão almejava a vigência, apresentando-se como a mentalidade hegemônica daquele momento histórico. Um drama análogo ao representado por esta personagem se encena também nas terras além das *fronteiras da Europa*, principalmente nas terras brasileiras, por causa do desenvolvimento do fenômeno do *personalismo*, uma ressignificação do culto ao indivíduo proveniente das raízes ibéricas brasileiras. Tal fenômeno gera, segundo Holanda (1995), uma impossibilidade de adequação a vida coletiva, enaltecendo excessivamente o indivíduo, de forma a se tornar muito difícil qualquer tipo de organização

associativa e supraindividual, pois os agentes sociais brasileiros estão pouco ou quase nada dispostos a respeitar qualquer lei diferente daquelas circunscritas ao limitado conjunto de ideias existentes em sua mentalidade afetiva.

Desse modo, a elite brasileira, consciente ou inconscientemente, compartilha a mesma sina de Madame de Bovary, uma vez que ambos se fascinam, cada um a seu modo, por uma vivência social e ideológica cuja manifestação não está somente em desacordo com a sua própria realidade, como também provém de outra localidade ou, até mesmo, de outro momento histórico. Por isso, pode-se constatar que, de acordo com os postulados de Holanda (1995), os bacharéis formados no Brasil durante o século XIX estavam, em sua maioria, convictos da seguinte ideia: as “iluminadas” doutrinas científicas e os “sublimes” sistemas políticos europeus – como mostraram-se bem-sucedidos e eficazes no contexto sócio-histórico da Europa – devem ser transpostos de forma idêntica e acrítica para a sociedade brasileira, tornando-se uma espécie de panaceia ou única solução possível para o assustador atraso do Brasil em relação às nações europeias de capitalismo central. Nessas circunstâncias, por um lado, vigorou no pensamento brasileiro o apreço pelos esquemas fixos, pelas leis genéricas e pelo prestígio que emanava da palavra escrita, enquanto, por outro lado, foi perpetuado uma espécie de horror a dúvida que, por sua vez, desembocou em uma dificuldade de desenvolvimento de colaboração social e, ao mesmo tempo, estimulou a adoção de uma conduta política majoritariamente pessoal. Logo, prevaleceu entre a intelectualidade brasileira uma repulsa a todo e qualquer pensamento profundo, assíduo e determinado, em lugar disso, enaltecera-se as ideias objetivas, prontas e definidas, embora estas fossem inconsistentes, débeis e pouco confiáveis. Em suma, o drama do bovarismo consegue explicar uma parte significativa do espírito da sociedade brasileira.

Com base em todas as observações realizadas até o momento, não é por acaso que houve uma incrível aceitação do positivismo no Brasil. Levando em consideração o fato de o sistema comtiano possuir uma

extraordinária capacidade de negligenciar a existência da multiplicidade e dinâmica¹¹ na vida social – entendendo a si mesma como sendo o caminho definitivo para uma suposta evolução geral da humanidade –, então, não se abre margem alguma para qualquer possibilidade de crítica aos caminhos tomados pela sociedade capitalista industrial da Europa oitocentista. Entretanto, o ideário positivista não acumulava inúmeros adeptos entre os brasileiros apenas por conta de seu caráter extremamente abstrato e autodefensivo, mas, principalmente, porque escondia com maestria a abominação que nutrida pela realidade dos países do assim chamado Novo Mundo. No final das contas, essa *intelligentsia* positivista brasileira não foi capaz de propor nenhuma mudança significativa no contexto social brasileiro e, tal como pontua Holanda (1995), o representante máximo dessa doutrina no Brasil, ou seja, Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836 – 1891), gabava-se ao afirmar que a política brasileira era extremamente corrupta e que seu tempo era muito precioso para perder com ela.

Além disso, o positivismo representa só um dos inúmeros caminhos desenvolvidos pelas elites intelectuais brasileiras para fugir do enfrentamento dos verdadeiros problemas que o Brasil enfrentava – e ainda hoje não os solucionou cabalmente. Segundo Holanda (1995), tais elites tendem sempre a trazer de fora “um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições de vida brasileiras e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam”, aliás, “a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós”, portanto, “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido” (p. 160). Com efeito, a aristocracia rural brasileira procurou acomodar o espírito liberal e democrático europeu aos seus valores, privilégios e políticas provenientes do velho mundo colonial, em especial, a escravidão. Assim, o Brasil encerrou-se cada vez mais em ideologias, ludibriou-se a si mesmo, vivendo em outro mundo, em uma

¹¹A dinâmica social de Comte permitia uma única mudança, a saber: o aperfeiçoamento daquilo que já se tinha alcançado, o desenvolvimento tecnológico e aprimorador da sociedade industrial capitalista. Nenhuma transformação radical a essa realidade era compreendida por ele como plausível.

realidade fictícia, na qual sua verdadeira dinâmica torna-se pouco a pouco obscurecida e irreconhecível, pois é sempre encarada como algo estranho e abominável. Em resumo, na visão de Holanda (1995), a população brasileira é assombrada pela “idéia de que” o seu “país não pode crescer pelas próprias formas naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros*” (p. 166).

Raízes do Brasil e as Ideias Fora do Lugar

Finalmente, chegou o momento em que faz-se necessário demonstrar como as célebres investigações de Sérgio Buarque de Holanda sobre a formação da sociedade brasileira representaram uma inspiração essencial para Roberto Schwarz, a partir das quais este último foi capaz de elaborar sua tese das *ideias fora do lugar*. Sendo assim, é possível iniciar tal discussão por meio de uma das primeiras observações realizadas por Schwarz (1992) acerca de uma das contradições iminentes a realidade brasileira, a saber: a coexistência do modelo político-institucional emblemático na Constituição de 1824 – considerada uma das mais modernas escritas naquela época, baseando-se nas teorias liberais desenvolvidas na Inglaterra, na França e nos EUA – com a existência de uma estrutura econômica evidentemente antidemocrática ou melhor dizendo, escravista. Ainda a esse respeito, o crítico literário austro-brasileiro deixa nítido a inevitabilidade dessa interação de ideias tão antagônicas, pois o Brasil, até então, era um país essencialmente agrário e escravista – aliás, até hoje tal categorização ainda não foi superada plenamente – que estruturalmente foi condicionado a escoar seus artigos agrícolas no mercado capitalista internacional¹², para o qual, por sua vez, as noções de livre iniciativa, trabalho assalariado e liberdade de comércio eram considerados como postulados racionais e desejáveis. No entanto, esse ideário burguês do *laissez-faire* – hegemônico durante a era da grande

¹² Florestan Fernandes, no capítulo 7 da *Revolução burguesa no Brasil* explica com mais detalhes o caráter autoritário das classes sociais dominantes brasileiras e como elas optaram por assumir o lugar estrutural de subserviência em relação às demais classes dominantes do capitalismo central, condenando o Brasil ao atraso econômico e político em comparação com a Europa e com os EUA.

indústria, ou seja, no final do século XVII até o XIX –, encontrava eminentes resistências ao estabelecer-se entre os países além das *fronteiras da Europa*, em especial àqueles marcados pela colonização ibérica, por conta da especificidade de sua construção histórica e das consequências provenientes desse processo histórico, minuciosamente trabalhado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Contudo, é necessário ressaltar o fato de a condição de dependência dos países latino-americanos para com as potências capitalistas centrais ter se mostrado algo estrutural e perene até hoje, justamente porque esse atraso foi historicamente necessário ao desenvolvimento econômico das potências capitalistas centrais, uma vez que os países economicamente periféricos atuaram (e ainda atuam) como extensões de mercado cruciais à manutenção de sua supremacia. Em suma, o desenvolvimento econômico alcançado pelos países europeus foi conquistado por meio da extrema violência, exploração, rapina e genocídio dos países da América Latina e daqueles que habitavam no litoral do continente africano¹³.

Nesse sentido, Schwarz (1992) ressalta que, embora a escravidão seja a manifestação mais abominável e monstruosa já criada pelo ser humano, os defensores dessa relação social no Brasil compreendiam muito mais a realidade brasileira do que os membros do partido liberal – patronos dos postulados de Adam Smith em solo brasileiro e responsáveis por levar às últimas consequências as ideias do economista político inglês – os quais, por exemplo, chegavam ao absurdo de afirmar a possibilidade de se aplicar em solo brasileiro, sem qualquer tipo de adaptação, o liberalismo econômico tal como existiu na Europa. Todavia, a inconsistência das suas teses não se limitava a isso, mas também agarravam-se piamente a ideia de que o capitalismo era o único sistema capaz de propiciar a existência plena da liberdade¹⁴. Desse modo, tal como foi discutido, a própria existência da

¹³ Sobre a violência e exploração da América e da África como condição do desenvolvimento econômico atingido pelos países europeus, consultar o capítulo “A assim chamada acumulação primitiva”, contido n’*O capital* de Karl Marx.

¹⁴ Esse segundo aspecto defendido pelos liberais brasileiros do século XIX, ressignifica-se nas ideias dos pensadores do nacional desenvolvimentismo, florescido com a ruína da república oligárquica, em 1930. Tais ideólogos vão pregar a tese do atraso econômico

escravidão já comprova a incompatibilidade da realidade brasileira com o liberalismo tal qual foi teorizado pelos economistas clássicos. Assim, por um lado, o liberalismo pairava sobre o Brasil na forma de uma corrente teórica (e ideológica), enquanto, por outro lado e ao mesmo tempo, no plano pragmático da vida econômica, a escravidão explicitava-se diante dos olhos da sociedade brasileira. Por isso, Schwarz (1992) compreende a tendência de o ideário liberalista preencher espiritualmente a dominação da aristocracia rural no Brasil, desse modo, o liberalismo acabou surgindo entre os brasileiros como uma espécie de *ideia fora do lugar*.

Todavia, não é correto limitar a formação histórica brasileira somente ao fenômeno da escravidão colonial, afirmando, por exemplo, que as ideias liberais são impossíveis de serem desenvolvidas nas terras além das *fronteiras da Europa*, pois, se assim o fosse feito, seria ignorado a essência dialética do movimento histórico da realidade. Nesse sentido, frente ao dilema escravidão *versus* liberalismo, a dinâmica histórica brasileira engendrou uma nova relação social, ou melhor, um ser social híbrido, cuja consistência orbitava tanto entre as relações do senhor de engenho com aqueles que foram escravizados por ele, quanto entre o empregador e seus trabalhadores assalariados, dois sujeitos supostamente livres que se relacionam a partir do firmamento de um contrato (os primeiros mais livres que os segundos, diga-se de passagem). Enfim, o sujeito social que estruturou toda a formação da sociedade brasileira, conhecido por diversos nomes que variam de acordo com a região na qual ele se originou, mas pode ser sintetizado sociologicamente como *agregado*. Considerando o fato deste sujeito social representar uma espécie de classe social intermediária entre as relações escravistas brasileiras e as ideias liberais fora do lugar, sua existência impulsionou a criação de uma nova e *sui*

brasileiro, associando-o ao fato da necessidade de modernização e industrialização nacional, além de compreender que a conquista do patamar de país capitalista industrial necessariamente acarretaria a conquista da liberdade e da democracia. Entretanto, a análise das teses da Escola Paulista, elaboradas a contrapelo desse discurso hegemônico, demonstraram a tendência histórica de o desenvolvimento econômico brasileiro emergir em paralelo a adoção de medidas políticas autoritaristas, cuja expressão acontece em razão do caráter histórico de dependência do Brasil frente a engrenagem mundial do capitalismo europeu e posteriormente anglo-saxão.

generis forma de expressar-se, a saber: a *lógica do favor*. Longe de ser a forma mais apreciável de conduta, Schwarz (1992) ressalta que, pelo menos, ela não é tão abominável quanto a escravidão, baseando-se sempre em um jogo de estimas, cuja expressão é análoga àquilo que Holanda (1995) define como o comportamento típico do homem cordial. A cordialidade embasa-se em desejos passionais e geralmente confunde as noções racionais polidas do plano público com a afetividade descontraída do ambiente privado. Portanto, por meio da lógica do favor, “o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas” (SCHWARZ, 1992. p. 17). Então, pode-se concluir que “as ideias fora do lugar” encontram o seu devido espaço na sociedade brasileira. Dessa forma, entender o Brasil, seja na ótica de Schwarz (1992), seja na de Holanda (1995), significa compreender essa contradição presente nas raízes históricas brasileiras que se elaboram (e talvez sempre se elaborarão) frente às tentativas de se construir algo novo, autêntico e verdadeiramente brasileiro. Todavia, essa atitude só é possível de ser efetivada caso se leve em conta as influências de ideias provenientes de fora do Brasil, sejam elas europeias, norte-americanas, asiáticas, entre outras, mas, acima de tudo, considerando a sua contribuição dialética para a construção daquilo que pode ser entendido como sendo o povo brasileiro.

Considerações Finais

Enfim, pode-se concluir este artigo evidenciando a importância revolucionária da obra de Sérgio Buarque de Holanda para a compreensão de uma história permeada por inúmeros paradoxos sociais que, aliás, é a história do Brasil. Primeiramente, tal como foi possível observar com base nos escritos de Antônio Candido e Maria Odila, o historiador paulistano foi um dos pioneiros em escrever sobre a história brasileira a partir de relatos micro-históricos, elaborando uma visão de conjuntura a respeito da sociedade que trouxesse à tona a narrativa dos vencidos durante os processos de mudanças sociais. Além disso, apartou-se dos relatos vindos

dos vencedores de embates históricos, dos quais, aliás, só é possível extrair uma visão autocomplacente sobre os eventos da história. Essa característica por si só representa uma qualidade eminentemente revolucionária em Sérgio Buarque de Holanda, pois sua obra é responsável não apenas pelo esclarecimento da juventude que viria a se tornar os futuros representantes das cátedras da Escola Paulista, mas também são perfeitamente capazes de iluminar as jovens gerações do século XXI, cujos olhares também estão a mercê dos discursos hegemônicos que nublam a compreensão da história do Brasil.

Entretanto, a contribuição do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda vai além das suas descobertas como historiador, abarcando uma perspectiva sociológica que, posteriormente, como foi comentado, embasou uma das reflexões sociológicas mais célebres atualmente, ou seja, a tese referente ao pensamento brasileiro ser elaborado por meio de *ideias fora do lugar* que, embora entrem em conflito latente com a realidade brasileira – como atesta o caso emblemático do dilema da existência do postulado liberal em uma estrutura econômica escravista –, são perfeitamente capazes, pouco a pouco, de se adaptarem a uma sociabilidade própria do Brasil.

Portanto, é possível finalizar esta discussão evidenciado, na medida do possível, a importância da leitura da obra de Sérgio Buarque de Holanda que demonstrou ser essencial para o entendimento da complexa e contraditória realidade sócio-histórica brasileira. Mas, para além disso, a leitura de *Raízes do Brasil* abre as portas da percepção de seus leitores para o mergulho preciso e atual sobre os fundamentos da sociedade brasileira a fim de, quiçá um dia, fundamentar as bases intelectuais não só de uma investigação do *ethos* brasileiro, mas também permitir compreender o seu processo específico de dinâmica social, ou melhor, ajudar a pensar qual é a forma própria de transformação da sociedade brasileira, tal como Sérgio Buarque de Holanda se questiona no último capítulo deste livro, isto é: como realizar a nossa revolução?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. O significado de raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9 – 21.

FLORESTAN, Fernandes. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006. 507 p.

_____. Introdução às memórias de Thomas Davatz. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985. 208 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 223p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo Boitempo, 2013. 896 p.

OLIVEIRA DE, Francisco. Jeitinho e jeitão. **Revista Piauí**, São Paulo, edição 73, 98p. Outubro de 2012.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992, p. 13 – 28.

SILVIA DIAS, Maria Odila Leite Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, A. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 11 – 21.

WEBER, Max. **Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia da Lestras, 2004. p. 336p.

_____. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (org.). **Max Weber – sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 2003. p. 79 – 127.